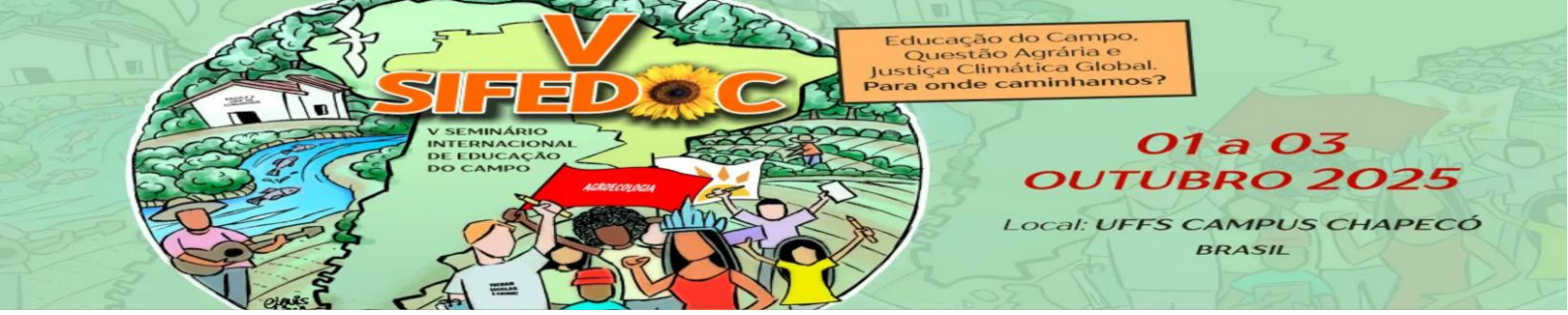


"PORQUE LUTAR ESTÁ NO SANGUE": RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – CAMPUS MAZAGÃO SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES

Vitória de Carvalho Silvestre[1]
Débora Mate Mendes[2]
Ivan Douglas Santos dos Reis[3]
Marlo dos Reis[4]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

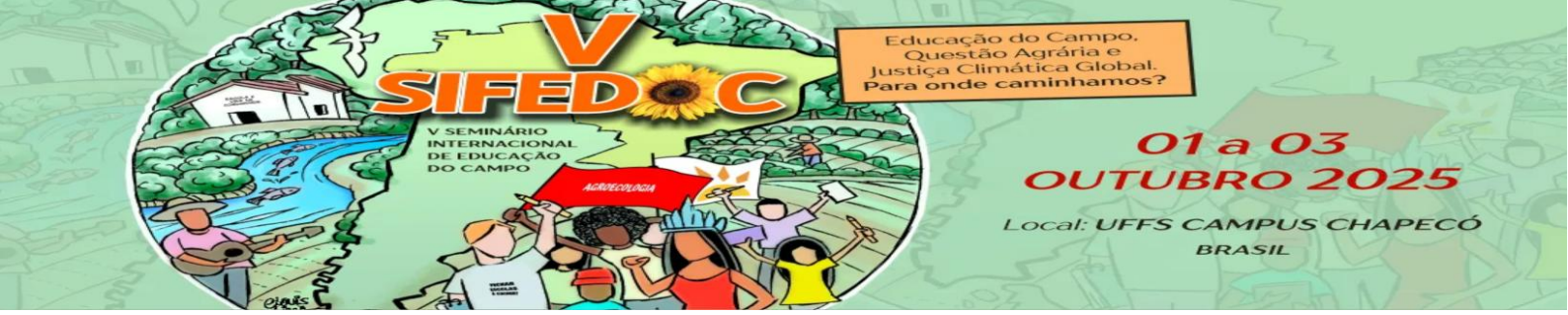
Palavras-chave: Educação do Campo; Permanência e Conclusão; Políticas Estudantis.

Introdução

A chegada da universidade no município de Mazagão trouxe a oportunidade de ingresso dos jovens e adultos das comunidades e territórios camponeses do estado do Amapá ao ambiente acadêmico, por meio de processo seletivo específico para estas populações, na Licenciatura em Educação do Campo que é um curso historicamente demandado por estes sujeitos coletivos. Esta pesquisa pretendeu analisar, descrever e publicizar os motivos da evasão e as dificuldades para a permanência e conclusão do curso, para que esses entraves na educação superior do campo sejam enfrentados e resolvidos.

Este trabalho assumiu como objetivo analisar desafios e as potencialidades do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia da Universidade Federal do Amapá – Campus Mazagão (LEdoC UNIFAP / campus Mazagão) com base nas percepções dos estudantes.

[1] Graduada da LEdoC – UNIFAP. E-mail: vitoriacarvalhosilvestr3@gmail.com
[2] Doutora da LEdoC – UNIFAP. E-mail: deboramate@unifap.br
[3] Graduando da LEdoC – UNIFAP. E-mail: douglasreisantos@gmail.com
[4] Doutor da LEdoC – UNIFAP. E-mail: marloreis@unifap.br



A pesquisa foi realizada na UNIFAP, Campus Mazagão, que atende comunidades de Mazagão, Santana, Macapá, Laranjal do Jarí e ilhas do Pará. De natureza descritiva e qualitativa, buscou compreender as dificuldades vivenciados por estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, valorizando suas experiências em contextos sócio-históricos, contando com a participação de estudantes em curso e evadidos/as. A coleta de dados se deu por meio de formulários online (com 23 estudantes) e entrevistas com quatro (04) sujeitos evadidos, com registros em áudio e vídeo autorizados, visando aprofundar as questões centrais da pesquisa, com dados coletados entre 2023 e 2024.

As entrevistas foram realizadas por meio de encontros presenciais e online, com abordagem semiestruturada, permitindo relatos mais subjetivos e detalhados. Os dados foram analisados segundo a Análise Temática de Braun e Clarke (2006), passando por leitura, codificação e categorização. A partir disso, definiram-se dois eixos: (1) Desafios para a permanência e conclusão, com foco em assistência estudantil, infraestrutura e ensino-aprendizagem; e (2) Potencialidades da formação, identidade camponesa e vínculo com as comunidades. Apresento aqui alguns resultados referentes aos desafios para a permanência e aprendizagem na LEdoC do Mazagão/AP.

Resistência e Luta pela Educação do Campo na LEdoC

Nesta parte do texto apresenta-se a fundamentação teórica (autores), os argumentos, as principais ideias que pretende defender, os resultados e a discussão de resultados.

A garantia de uma base legal e política que sustenta a Educação do Campo é fruto de lutas históricas dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST, que desde os anos 1980 e 1990 protagoniza uma articulação coletiva pela garantia do direito à educação. Essa trajetória de resistência gerou avanços importantes, como a criação do PRONERA em 1998 e a promulgação do Decreto nº 7.352/2010, que institucionaliza a Política Nacional de Educação do Campo como política de Estado, com diretrizes específicas para a oferta da educação básica e superior a populações rurais, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e povos das florestas.

Segundo Molina (2012), apesar do arcabouço normativo ser fundamental, ele é insuficiente sem a pressão dos sujeitos do campo, pois a efetividade da legislação depende da atuação política organizada para que os direitos não fiquem apenas no papel. A autora ressalta também que as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (Doebec), especialmente de 2002 e 2008, introduzem um novo paradigma ao legitimar práticas pedagógicas que respeitam os tempos, territórios e saberes locais, como a pedagogia da alternância — estratégia valorizada por permitir a articulação entre a vivência comunitária e o conhecimento científico.

Santos (2012) destaca que o surgimento dessas políticas foi impulsionado pelo contexto favorável à Reforma Agrária e pela denúncia da ausência de escolas e educadores nas comunidades camponesas. Ele enfatiza que a intencionalidade dessas políticas está em romper com a lógica histórica de negação do acesso à educação para os povos do campo.

Ainda segundo Molina (2012, p. 456), a conquista do Decreto nº 7.352/2010 representa uma vitória simbólica e política, pois consolida a obrigação do Estado em ofertar cursos voltados à formação de educadores do campo em instituições públicas, reconhecendo suas particularidades e assegurando condições mínimas de permanência.

No Amapá, o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) surge nesse bojo de conquistas e disputas. Como afirmam Leite, Barros e Hage (2020), a institucionalização da LEdoC na UNIFAP – campus Mazagão, representa a concretização local de uma política nacional construída com base em demandas dos movimentos sociais e das populações excluídas das políticas educacionais hegemônicas. Contudo, os mesmos autores alertam que, apesar dos avanços, persistem desafios estruturais e institucionais que ameaçam a consolidação do curso, refletindo a fragilidade do Estado em garantir a continuidade de uma educação realmente emancipadora.

Na mesma direção, Esteves, Melo e Oliveira (2023) reiteram que o projeto político da Educação do Campo está intrinsicamente ligado à transformação social, ao empoderamento coletivo e à construção de práticas pedagógicas que se fundamentem nas experiências e saberes dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Dessa forma, o referencial teórico desta pesquisa reconhece a Educação do

Campo como uma conquista social e política, ainda em disputa, que exige o constante tensionamento entre legislação, movimentos sociais e práticas institucionais.

O perfil dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é essencial para pensar políticas de permanência eficazes e práticas pedagógicas mais adequadas. O curso forma majoritariamente estudantes oriundos de comunidades rurais e ribeirinhas, com realidades diversas que influenciam seus percursos acadêmicos. As dificuldades de deslocamento e infraestrutura impactam o acesso e a permanência. A faixa etária predominante é de 18 a 24 anos e suas identidades comunitárias vão de assentamentos a comunidades ribeirinhas. Os estudantes se identificam como agricultores(as) familiares, ribeirinhos(as), extrativistas, camponeses(as) e quilombolas. A identidade cultural influencia diretamente na experiência acadêmica, sendo essencial para políticas inclusivas e um currículo coerente com suas vivências. As entrevistas presenciais revelaram quatro participantes com tempos distintos de curso, entre 1 e 4 semestres. São oriundos do Amapá e Pará, com nomes fictícios inspirados na fauna amazônica: Arara Azul, Papagaio, Floresteiro e Andorinha.

A permanência no curso de Licenciatura em Educação do Campo enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à assistência estudantil, à infraestrutura e às questões acadêmicas. Nesse contexto, a assistência estudantil surge como uma ferramenta essencial para garantir a continuidade da formação acadêmica. No caso da LEdoC, esse apoio é ainda mais necessário, considerando a carga horária extensa e o caráter integral do curso.

Como destaca o informante Tucano: “O curso é integral, por esse motivo não conseguimos fazer outras coisas para se sustentar, além de se dedicar para o curso. DEPENDEMOS 100% DOS AUXÍLIOS DA UNIFAP, ISSO QUANDO TEMOS A SORTE DE SER BENEFICIADOS” (grifo do informante).

O direito a assistência estudantil está expresso Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que foi organizada para ampliar e garantir as condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais, mas na realidade da Educação do Campo, percebe-se a dificuldade de entenderem a palavra assistência. Quando o informante Tucano usa o termo “Sorte” isso remete ao sentimento de uma pedinte na beira da calçada esperando a “boa sorte” lhe alcançar

através de alguém lhe dando esmola, mas como muito bem cantou Gilvan Santos na composição - Não Vou Sair do Campo - “EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIREITO E NÃO ESMOLA, por isso e importante destacar que a PNAES é um DIREITO garantido pela Lei n° 14.914 de 11 de junho de 2024.

O relato da estudante identificada como Andorinha ilustra, com riqueza de detalhes, as dificuldades enfrentadas por quem vive em comunidade ribeirinha. Segundo ela, a ausência de auxílio financeiro comprometeu o custeio com o transporte: “não fui contemplada com nenhuma bolsa, isso dificultou mesmo, porque não tinha assim o negócio do dinheiro, pra mim comprar gasolina”.

Além da questão do transporte, destacam-se a ausência de restaurante universitário, locais apropriados para descanso e banho, além de espaços de Convivência. Os relatos apontam que as condições de permanência são avaliadas como precárias e desiguais, conforme afirma Orquídea:

> É um local que não possui um lugar digno para os alunos fazerem suas refeições, para se alimentares tem três opções, a primeira é trazer o alimento pronto de casa, a segunda é comprar comida pronta (Marmitex) e a terceira é fazer o alimento no próprio campus. Sendo que no campus não possui uma cozinha adequada para o preparo, é um lugar improvisado [...] com utensílios e eletros que os próprios discentes conseguiram arrecadar. (Orquídea, 2024)

Estas e outras dificuldades do campus universitário são enfrentadas e contornadas pelos próprios estudantes, que seguem as pegadas de luta e organização de seus antepassados, as lideranças históricas do movimento da educação do campo.

Conclusão

Dessa forma, conclui-se que os desafios enfrentados pelos estudantes não se limitam ao acesso ao ensino superior, mas se estendem à permanência, à aprendizagem e à conclusão do curso. A infraestrutura deficitária, o deslocamento precário, a ausência de moradia estudantil, o déficit de apoio financeiro e a exclusão digital constituem obstáculos concretos, que devem ser enfrentados por meio de políticas públicas inclusivas e ações institucionais comprometidas com a equidade.

Apesar dessas dificuldades, os estudantes reconhecem a importância da LEdoC para suas comunidades e para a sociedade em geral. Muitos relatam avanços

pessoais, como a superação de dificuldades com a tecnologia e o desenvolvimento de maior segurança na comunicação acadêmica, mesmo com lacunas herdadas do ensino médio.

Esses relatos evidenciam a potência transformadora da universidade, mesmo diante de condições institucionais e pedagógicas que ainda precisam ser urgentemente repensadas. As falas dos participantes reafirmam a importância da LEdoC como espaço de resistência, formação crítica e valorização da identidade camponesa, promovendo o enraizamento identitário e político dos sujeitos do campo e fortalecendo seus projetos de vida e transformação social.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, DF: MEC, SECADI, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.

CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEITE, A. C. P. C.; BARROS, O. F.; HAGE, S. A. M. **Licenciatura em Educação do Campo no Campus Universitário de Mazagão da UNIFAP**: Proposições e Contextos. Research, Society and Development journal, v. 9, n. 8, junho 2020.

MOLINA, M.; HAGE, S. A. M. **Educação do Campo**: história, práticas pedagógicas e desafios. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2019.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola, projeto de sociedade e formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo** - Ciências Agrárias e Biologia, 2024.